



AH

ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação
dos Arqueólogos Portugueses

Volume 68
2016

COLÓQUIO
TERRAMOTO DE LISBOA. ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

PAPÉIS, FUNÇÕES E DISFUNÇÕES DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO: O CASO DO POVOADO CALCOLÍTICO DE VILA NOVA DE SÃO PEDRO (AZAMBUJA/PORTUGAL)

Mariana Diniz¹, César Neves², Andrea Martins³, Daniel Carvalho⁴, José Morais Arnaud⁵

¹ UNIARO – Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa / Associação dos Arqueólogos Portugueses / m.diniz@letras.ulisboa.pt

² UNIARO – Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa / Associação dos Arqueólogos Portugueses / c.augustoneves@gmail.com

³ UNIARO – Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa / FCT / Associação dos Arqueólogos Portugueses / andrea.arte@gmail.com

⁴ Mestrando em Arqueologia, Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa / danielcarvalho1@campus.ul.pt

⁵ Associação dos Arqueólogos Portugueses / jemarnaud@gmail.com

Resumo

A reflexão que aqui se apresenta procura discutir os papéis e as funções sociais que o património arqueológico desempenha ou não desempenha, em Portugal, no quadro das relações complexas que se estabelecem entre sítios arqueológicos e sociedades contemporâneas, utilizando como caso de estudo o povoado calcolítico de Vila Nova de S. Pedro (Azambuja/Portugal). Serão discutidos dois tópicos fundamentais:

1º – o papel científico, social e quantitativo dos mais de 30.000 sítios arqueológicos inventariados na base de dados Endovélico – Sistema de Informação e Gestão Arqueológica.

2º – O estudo do caso de Vila Nova de São Pedro, sítio referência para a pré-história Europeia durante grande parte do século XX mas que apesar da perda de protagonismo científico, permaneceu um local arqueológico significativo na paisagem com o qual as populações mantêm laços emocionais efectivos.

Palavras-chave: Vila Nova de São Pedro, Património arqueológico, Função social.

Abstract

The reflection that is presented here seeks to discuss the roles and social functions that the archaeological heritage plays or does not play in Portugal within the framework of the complex relationships that are established between archaeological sites and contemporary societies, using as a case study the Chalcolithic settlement of Vila Nova de S. Pedro (Azambuja / Portugal). Two key topics will be discussed:

1º – the scientific, social and quantitative role of the more than 30,000 archaeological sites inventoried in the Endovélico database – Archaeological Information and Management System.

2 – The study of the case of Vila Nova de São Pedro, a reference site for European prehistory during much of the 20th century, but despite its loss of scientific prominence, has remained a significant archaeological site in the landscape with which populations maintain ties emotions.

Keywords: Vila Nova de São Pedro, Archaeological heritage, Social role.

1. PALAVRAS PRÉVIAS

O texto que abaixo se apresenta resulta de uma comunicação levada ao 1º TAG Ibérico, realizado em Carmona (Sevilha – Espanha), em Fevereiro de 2018. No âmbito de uma Mesa-Redonda dedicada à gestão sustentável do Património Arqueológico entendeu-se discutir o caso de Vila Nova de São Pedro (Azambuja), permitindo abordar aspectos relativos ao significado social, ao papel e às funções amplas deste Património numa óptica que, neste momento, não se cruza imediatamente com aspectos da esfera económica.

No debate foram analisadas as questões em torno da fruição dos sítios – no que pode ser também classificado como uma forma de Arqueologia Pública – da conservação e restauro, à circulação nos espaços e à pressão causada pelos “visitantes” sobre estruturas frágeis.

Sob a aparente diversidade de casos apresentados a problemática comum emerge, o desafio que resulta do cruzamento de prioridades: agendas de investigação científica, preservação e autenticidade dos sítios, usufruto destes patrimónios por grupos alargados (?), que criarão memórias e significados próprios a partir destas materialidades pretéritas num mecanismo fundamental à futura conservação destes espaços.

A história recente do povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro – Monumento Nacional desde 1971 (Dec. Lei n.º 516/71 de 22 de Novembro) – construída por intervenções arqueológicas, por memórias mais ou menos avulsas e por usos quase espontâneos, permite identificar funções e disfunções no uso deste sítio, virtudes e vícios de uma (não) estratégia de gestão deste património arqueológico, abaixo discutidas.

2. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO, DIMENSÃO E SIGNIFICADO SOCIAL – ENQUADRAMENTO LEGAL

A busca feita a 1 de Fevereiro de 2018, na base de dados Endovélico – Sistema de Informação e Gestão

Arqueológica da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC) inventário do Património Arqueológico nacional – Endovélico – revelava a existência de 34205 sítios arqueológicos em Portugal (terrestres e subaquáticos, no continente e ilhas), numa densidade média de um sítio arqueológico por 2.7 km², e de um arqueólogo por cada 92 Km² (Osteerbeek, 2008). Este é um valor médio para o espaço europeu e reflecte, em simultâneo, a capacidade de aplicação efectiva de um quadro legal de políticas de prevenção de impactos e o desenvolvimento de infra-estruturas que exijam trabalhos de prospecção e acompanhamento arqueológico.

Ainda que as 34205 entradas do Endovélico (<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios>) – actualizadas hoje para 34498 – não representem um número de sítios efectivos – quer porque alguns sítios arqueológicos não constam da base de dados, quer porque algumas entradas correspondem a ocorrências dispersas e descontextualizadas dificilmente classificáveis como sítios, ou, ainda porque a multiplicação de entradas para um mesmo contexto arqueológico amplia artificialmente a densidade arqueológica de algumas paisagens. Como acontece com outros inventários, a utilização dos dados contidos no Endovélico exige uma leitura crítica dos mesmos para que esta informação fundamental não seja, no limite, confundida com uma realidade – a densidade total de sítios arqueológicos num dado território – impossível de recuperar.

O número de entradas ou sítios arqueológicos hoje existentes – valor que entre 1997 e 2007 quase quadruplica – resulta de um conjunto de factores já destacados por outros arqueólogos (Bugalhão, 2011; 2017a) nomeadamente a entrada em vigor da Convenção de Malta e a criação do Instituto Português de Arqueologia em 1997 e a conseqüente explosão da Arqueologia Contratual enquanto fórmula que deve assegurar a *conservação pelo registo*.

Os dados sistematizados nos últimos anos por J. Bugalhão e pelo Relatório DISCO – Portugal (Bugalhão, 2011; 2013; 2017a; 2017b; APA, 2014), não deixam dúvidas quanto ao crescimento da acti-

vidade e em consequência da comunidade arqueológica que se traduz num significativo aumento, nas últimas décadas, do número de Licenciados, Mestres e Doutores em Arqueologia, acompanhando o esforço europeu de investimento na formação e pós-graduação da população estudantil.

Em 2006, estimava-se a existência de um número – eventualmente inflacionado – de cerca de 1000 arqueólogos em território nacional, o que colocaria Portugal no sexto lugar de uma lista de 13 países europeus, liderada pela Grã-Bretanha com um *ratio* de 1 Arqueólogo por 36 km² (Oosterbeek, 2008).

Este compromisso político que a Europa assume com a sua Memória – materializado fundamentalmente na Convenção de Malta – produz uma imensa ampliação dos inventários do património arqueológico em cada um dos seus estados abrindo uma nova etapa na História da Arqueologia – a da Arqueologia Preventiva – cuja discussão não se abre aqui.

O impacto na Arqueologia portuguesa do novo cenário que conjuga as políticas de protecção do património arqueológico Pós-Convenção de Malta associadas ao esforço de modernização do ensino superior que a Europa leva a cabo, a partir de 2006, através das licenciaturas modelo Bolonha, conectadas com mestrados de dois anos de duração, que a partir de 2011 se vê sublinhada numa política comunitária de criação de uma *Europe Research Area* – assente num reforço do investimento em bolsas de doutoramento (EUR-Lex - 52011DC0567 - EN - EUR-Lex - Europa EU), ficou demonstrado no Encontro *Arqueologia – Universidades e Ensino, em números e em gráficos*, organizado pelos autores (MD, AM, CN), na Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP), em 9 de Abril 2016. Neste encontro ficou clara existência de um número crescente de Licenciados, Mestres e Doutores em Arqueologia pelas Universidades portuguesas (Bugalhão, 2017), bem como a diversidade curricular oferecida pelas instituições de ensino, adaptando-se às novas realidades da profissão.

A partir dos dados que reflectem de forma inequívoca o crescimento da comunidade e do patri-

mónio arqueológico, coloca-se a questão acerca do efectivo significado social dessa mancha de sítios que vai cobrindo o território à medida que infraestruturas (de maior ou menor dimensão), se espalham por uma paisagem em *modernização*.

No espírito das leis o papel fundamental que o património arqueológico desempenha está assinado. Como parte do Património Cultural os sítios arqueológicos têm por função contribuir para a construção da identidade nacional, mas também para a democratização da cultura (Alínea 1 do Art. 1 da Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro), sentido que o Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos reforça, na sua apresentação, ao destacar as “(...) vertentes da publicação científica, sensibilização e educação patrimonial. [vistas como] (...) uma oportunidade de aproximação da disciplina científica aos cidadãos.” (Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro).

A partir do quadro legal, o paradigma *Go Public or Perish* parece totalmente interiorizado, senão em outros planos, pelo menos na matriz conceptual da actividade arqueológica. Se pode ser muito discutido o uso dos patrimónios culturais, e em particular do arqueológico, como ferramentas na construção das identidades nacionais, vertentes como a da educação patrimonial, a da aproximação da Ciência aos Cidadãos (nacionais ou outros...), que permitem uma verdadeira Democratização da Cultura parecem objectivos de inquestionável bondade social.

No entanto, e para além da Lei, qual o efectivo impacto social do crescimento da Arqueologia, nas suas diferentes componentes, nestas últimas duas décadas? Que possibilidades existem hoje para – utilizando a terminologia contemporânea – fruir do Património Arqueológico nacional?

3. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO, DIMENSÃO E SIGNIFICADO SOCIAL – NÚMEROS E LUGARES

Em 2016, a revista *Al-Madan* publica – em mais uma fundamental iniciativa deste periódico que tem assumido um papel de voz e memória colectiva da Arqueologia nacional – um inventário do Património

Arqueológico que, entre outras informações de interesse público, apresenta o mapa dos sítios visitáveis ([http://www.almadan.publ.pt/Mapa\(geral\).htm](http://www.almadan.publ.pt/Mapa(geral).htm)).

Sítio arqueológico visitável é, como rótulo, aplicado a qualquer testemunho arqueológico independentemente do seu estado de conservação/visibilidade ou da presença/ausência de informação no local sobre acesso mas também sobre o sítio específico. *Sítio arqueológico visitável* significa portanto, e apenas, sítio arqueológico localizado em espaço que pode ser de acesso público¹.

Este inventário – que como todos está em constante ampliação/correção sendo por isso utilizado como referência provisória – registava a existência de cerca de 500 sítios arqueológicos visitáveis (Gráfico 1). Este número parece muito reduzido face a um conjunto de partida com quase 35000 registos, sobretudo porque estão aqui incluídos sítios difíceis de detectar por não-arqueólogos, impossíveis de compreender no terreno por quem não possua informação prévia.

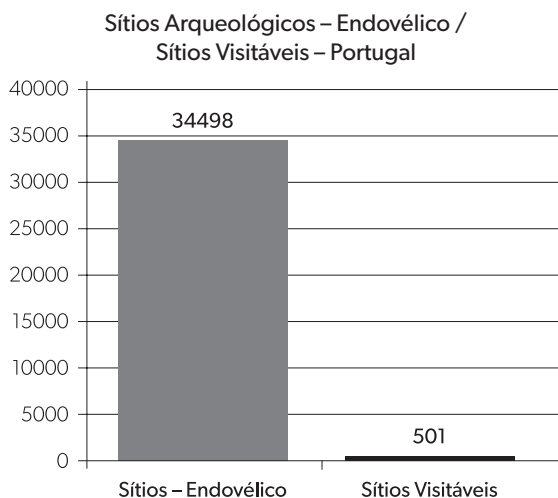


Gráfico 1 – Sítios arqueológicos existentes no Endovélico e Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal (a partir da informação disponível em: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios> [http://www.almadan.publ.pt/Mapa\(geral\).htm](http://www.almadan.publ.pt/Mapa(geral).htm))

¹ Esta iniciativa, que continua a decorrer solicitando a todos que façam chegar informações sobre sítios arqueológicos visitáveis ([http://www.almadan.publ.pt/Próximo%20\(geral\).htm](http://www.almadan.publ.pt/Próximo%20(geral).htm)), recebeu, desde 2016, 26 mil visitantes *on-line*. O significado desta iniciativa e deste número justificava uma discussão detalhada.

De acordo com estes valores cerca de 1,4 % do património arqueológico nacional é visitável. Acrescente-se que não é, neste momento, possível a partir dos dados públicos definir o número de sítios dos quais se conserva apenas o registo e, portanto, quantas das cerca de 35000 entradas registadas no Endovélico ainda possuem expressão material no terreno. Estes 501 sítios visitáveis parecem uma pequeníssima parcela de uma paisagem arqueológica muito densa que é característica de territórios – como o português – com algumas centenas de milhares de anos de continuada ocupação (Gráfico 2).

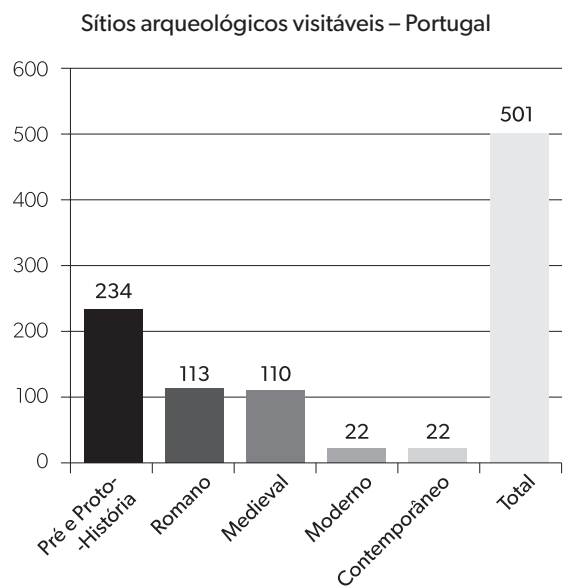


Gráfico 2 – Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal, distribuídos por período cronológico (a partir da informação disponível em: [http://www.almadan.publ.pt/Mapa\(geral\).htm](http://www.almadan.publ.pt/Mapa(geral).htm))

Considerando que estes 501 sítios podem ser visitados, ou, que é possível ao visitante comum acercar-se de um ponto onde está referenciada a existência de um sítio arqueológico, é também fundamental perceber o uso que diferentes organismos estatais têm feito deste crescente património, e assim, compreender o impacto social destas políticas públicas.

A informação disponível no sítio da internet da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC) permite ao mesmo tempo avaliar o interesse do público, mas também as medidas de divulgação assumi-

das que permitirem, no quadro da lei – aproximar Cultura e Cidadãos.

Entre os 23 sítios de gestão da DGPC, constantes da listagem Museus e Monumentos (<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/dgpc/>), estão incluídos o Museu Nacional de Arqueologia e o Museu Monográfico de Conímbriga – Museu Nacional, assim como as ruínas da Cidade de Conímbriga. Estas instituições e este sítio arqueológico, cujos fundamentais papéis para a História da Arqueologia são inquestionáveis, datam respectivamente de 1893 e 1962. A cidade romana de Conímbriga está classificada como monumento nacional desde 1910. A tutela directa por parte da Administração Central sobre estes lugares que fazem parte já da identidade nacional parece óbvia, mas a ampliação desta lista de lugares-símbolo, tendo em vista os resultados obti-

dos pela prática arqueológica nas últimas décadas parece justificada.

Nas estatísticas da DGPC, o lugar que ocupa o Museu Nacional de Arqueologia (167.634 visitantes/2017) também se explica pela sua proximidade ao top de bilheteira que é o Mosteiro dos Jerónimos (1.166.793 visitantes/2017), mas os números do Museu Monográfico de Conímbriga (100.397 visitantes/2017) dificilmente traduzem outro interesse que não o da visita ao Museu e à cidade romana, que se poderia estender a outros contextos arqueológicos se valorizados e divulgados.

Ainda na página Web da DGPC, na entrada Património, oferecem-se Itinerários e Inventários temáticos, e é apresentada ao visitante informação sobre Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve. Estão assinalados 11 sítios, de cronologia Pré-histórica, Romana e Medieval (Tabela 1).

Sítios constantes dos Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve Estado e ano de classificação		
Sítio/Complexo	Classificação	Data
Miróbriga	Imóvel de Interesse Público	–
Circuito Arqueológico da Cola	Imóvel de Interesse Público	–
Conjunto Arqueológico do Escoural	Monumento Nacional	1963
São Cucufate e Casa do Arco (Vidigueira)	Monumento Nacional	–
Conj. Monumental Mértola	Monumento Nacional	–
Povoado Pré-Histórico de Santa Vitória	Adquirido o terreno pelo Estado	1997
Villa Romana de Pisões	Imóvel de Interesse Público	1970
Villa Romana de Torre de Palma	Monumento Nacional	1970
Milreu	Monumento Nacional	–
Villa Romana do Cerro da Vila	Imóvel de Interesse Público	–
Monumentos Megalíticos de Alcalar	Monumento Nacional	–

Tabela 1 – Sítios Arqueológicos dos Itinerários do Alentejo e Algarve. A partir dos dados recolhidos em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/itinerarios/alentejo-algarve/>

Se desta listagem, e como consta dos Critérios enunciados na apresentação dos Itinerários, se destaca a pertinente ambição de Preservar, Valorizar e Divulgar um património arqueológico fundamental, classificado, com uma única excepção, como Monumento Nacional ou Imóvel de Interesse Pú-

blico, é também evidente que esta lista de *Clássicos* – mais ou menos consagrados – não incorpora nenhum contexto identificado nestas duas últimas décadas, precisamente aquelas que correspondem à da aplicação dos princípios do poluidor-pagador em Arqueologia.

Se tal se pode dever à efectiva destruição da esmagadora maioria destes sítios que não poderão ser, por isso, fisicamente visitados, perante os gráficos que indicam o aumento do número de sítios (Gráfico 3), e perante o dinamismo crescente da investigação arqueológica em Portugal parece

constatar-se uma *incomunicação* real entre os diferentes sectores da comunidade arqueológica (tutela/investigadores/profissionais), e um consequente subaproveitamento de um recurso de imensa riqueza cultural e económica como é o Património arqueológico.



Gráfico 3 – Sítios arqueológicos inventariados até 2010 (adaptado de Bugalhão, 2011, p. 25)

O Estado português que ratifica e impõe a aplicação de Cartas e Convenções de Protecção do Património, que depende recursos humanos e financeiros nessa missão, não parece depois retirar todo o proveito dessa imensa acção que os números revelam e a imagem recentemente construída sobre o Património Arqueológico Nacional, não se distingue de uma percepção que, nos finais do séc. XX, já estava estabilizada. A inúmera massa de informação produzida nas últimas décadas não parece ter sido transformada em Património Cultural numa acepção oficial deste conceito.

Interessava também definir o impacto social de algumas destas iniciativas como a dos *Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve*, utilizando a informação que possa existir sobre o número de visitantes nos diferentes sítios que possuam bilheteira e horário de visita. No entanto, estes dados não parecem estar publicamente disponíveis o que impede qualquer reflexão sobre o tópico. Sublinhe-se que, e usando de novo a informação disponibilizada no *Mapa dos Sítios Arqueológicos visitáveis em Portugal* ([http://www.almadan.publ.pt/Mapa\(geral\).htm](http://www.almadan.publ.pt/Mapa(geral).htm)),

a esmagadora maioria dos contextos arqueológicos, cerca de 72%, localiza-se em espaço definido como “Aberto”, portanto não “Vedado” (Gráfico 4), o que torna, neste momento impossível a quantificação – ainda que aproximada – do número de visitantes que procuram sítios arqueológicos em Portugal e, por isso, inviável uma demonstração efectiva do interesse que este Património suscita.

Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal

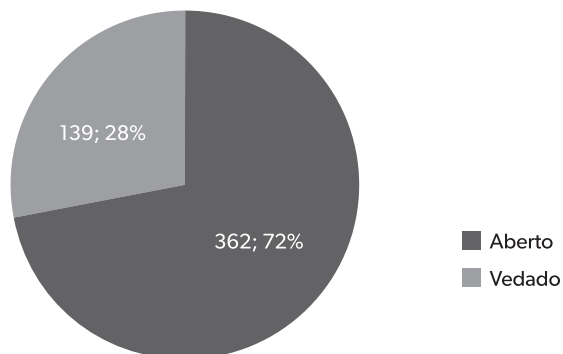


Gráfico 4 – Sítios arqueológicos visitáveis em Portugal – Aberto e Vedado (a partir da informação disponível em: [http://www.almadan.publ.pt/Mapa\(geral\).htm](http://www.almadan.publ.pt/Mapa(geral).htm))

A existência de dispositivos físicos – vulgarmente conhecidos como *beacons* – que emitem ondas de rádio frequência captadas por uma aplicação (App) que os visitantes podem possuir, por exemplo no seu telemóvel, permite não só disponibilizar informação sobre o sítio, mas também calcular o número de interacções digitais, estabelecendo um número mínimo de visitantes. Pensamos que estes dispositivos concebidos também para colocação no exterior, não existem ainda em nenhum sítio arqueológico português o que coloca num *limbo estatístico* o essencial da paisagem arqueológica nacional.

Esta situação, que resulta de uma ausência de dados quantitativos em torno dos sítios arqueológicos, esta ausência de informação fidedigna sobre o impacto no Público quando *Go public*, parece um imperativo categórico dos tempos modernos, e constitui um elemento de fragilidade.

4. PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO, DIMENSÃO E SIGNIFICADO SOCIAL – O CASO DO POVOADO CALCOLÍTICO DE VILA NOVA DE SÃO PEDRO (AZAMBUJA, PORTUGAL)

4.1. Vila Nova de São Pedro e a Liga dos Visitantes Anónimos

O povoado Calcólítico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal), classificado como Monumento Nacional em 1971, depois de 29 anos de campanhas arqueológicas – decorridas entre 1937 e 1968, dirigidas por Afonso do Paço e Eugénio Jalhay – até à morte deste (1950) – e, depois, por Afonso do Paço e uma sucessão de outros arqueólogos que se associam por curtas temporadas aos trabalhos de terreno, numa história longa já muitas vezes apresentada (Arnaud e Gonçalves, 1990; 1995; Ribeiro, 2013), constitui, para além do seu potencial científico, um caso de estudo a destacar quando se abordam papéis, funções e disfunções do património arqueológico, como podemos observar nestes últimos anos.

Vila Nova de São Pedro integra-se nesse conjunto de sítios visitáveis, *abertos*. No terreno, a única informação disponível para eventuais visitantes são

algumas placas sinalizadoras à entrada de Vila Nova de São Pedro – aldeia – que indicam a direcção do Castro. Como acontece com extrema frequência, uma vez entrando na estrada de terra batida que conduz ao sítio, não existe na primeira bifurcação qualquer outra sinalização que torne o percurso óbvio para os visitantes.

Mas se o trajecto até ao sítio está pouco sinalizado e se no local não existe nenhuma fonte de informação, Vila Nova de São Pedro (VNSP), tem sido constantemente visitado, nestas últimas décadas, numa efectiva fruição do Património arqueológico que hoje as redes sociais tornam mais visível. Em páginas pessoais de *Facebook*, *Instagram*, em blogues, em websites de colectividades e associações, estão registadas visitas e impressões da visita a VNSP, quase sempre unânimes na apreciação: ruínas de imenso interesse em estado de abandono total ou quase total.

Este estado de abandono refere-se quase sempre à cobertura vegetal – sobretudo carrascos – que cobrem as estruturas pétreas impedindo a correcta visualização das mesmas. A ausência de informação (pré)histórica – sob a forma de painéis, ou outra – é menos referida e a ausência de “limpeza das ruínas” parece, no essencial, ser o maior obstáculo à qualidade da visita.

Estas visitas, que estão registadas em plataformas digitais disponíveis no século XXI, devem ter, no entanto, sido uma constante no sítio, desde que as campanhas de escavação se interrompem em 1968, sem que delas se consiga recuperar qualquer registo. Posteriormente o sítio apenas teve como trabalhos arqueológicos um episódio breve de restauro em 1983 (Oliveira e Ferreira, 1990) e de escavação em 1985/86 (Gonçalves, 1987).

Das informações dispersas disponíveis pelo mundo digital parece decorrer um interesse em torno do sítio que tendo, obviamente, origem no protagonismo científico nacional e internacional que VNSP atinge, possui depois uma história paralela que já não está associada a ciclos de presença/abandono científico do sítio arqueológico.

Destes visitantes anónimos, solitários ou em gru-

po, dificilmente reza a História. Quantificá-los é impossível e avaliar o impacto das suas visitas também não é fácil. A sua presença, discreta, mas constante, que as redes sociais permitem pôr a descoberto constitui o garante efectivo que Vila Nova de São Pedro é – apesar de todas as ausências de *plano oficial* – no sentido mais alargado do conceito, Património. Destas visitas mais ou menos esporádicas, e como também acontece em outros lugares, é difícil identificar qualquer tipo de retorno económico no local. A tão citada ausência de infra-estruturas – de bombas de gasolina a restaurantes nas proximidades imediatas – não permite fixar recursos económicos neste território específico.

4.2. Fregueses de Vila Nova de São Pedro – aqueles que estão e aqueles que foram

A função patrimonial de VNSP estende-se, no entanto, muito para além de um lugar pontualmente visitado por quem venha de mais ou menos longe, para ser para quem vive em Vila Nova de São

Pedro e Torre Penalva, o lugar do Castelo ou do Castro, onde durante 30 Verões, duas gerações de homens e de mulheres trabalharam, pelo espaço de um mês, dirigidos pelo “Sr. Tenente-Coronel e pelo Sr. Padre Jalhay”, como são ainda hoje designados localmente.

Vila Nova de São Pedro – povoado calcolítico – a poucas centenas de metros de Vila Nova de São Pedro (aldeia) e Torre Penalva, tornou-se para aqueles que lá trabalharam um lugar primordial no seu imaginário e o relato que têm feito desses anos – que são também os da sua juventude – e da personalidade daqueles que os dirigiam – cuja recolha faz também parte do Projecto VN3000 (Arnaud *et al*, 2017) – combinam uma imensa alegria e um imenso respeito que ainda hoje inspiram estas duas figuras (Figura 1). Mas para além daqueles que trabalharam no sítio – e cujas memórias serão discutidas noutra lugar – as gerações seguintes – filhos e netos – estes na sua maioria já não residentes em VN3000 ou Torre Penalva, e inclusivamente aqueles que não



Figura 1 – Antigas trabalhadoras e habitantes de Vila Nova de São Pedro durante visita à sala 1 do Museu Arqueológico do Carmo, reconhecendo nas imagens companheiras da escavação e materiais arqueológicos recolhidos.

possuem familiares directos entre os trabalhadores de VNSP – partilham esta memória, os relatos e as vivências em torno do sítio. Por diferentes testemunhos directos, e também por vestígios deixados no local, sabe-se que o sítio é, ao longo dos anos 70, 80, 90 e século XXI, frequentado em distintas fases da existência dos fregueses. O reduto central serve de castelo nas lutas entre *índios e cowboys*, o espaço reservado das muralhas protege os amores da juventude dos olhares indiscretos, os piqueniques de fim de ano escolar e os acampamentos dos escuteiros locais realizam-se à volta das muralhas, no interior do povoado num uso que, ao mesmo tempo que deteriorou estruturas pétreas sem restauro ou consolidação, cria laços significativos entre a população local e o Castro, cuja natureza pré-histórica se vai diluindo.

Estes fregueses são em simultâneo o mais efectivo garante da protecção deste Património e como é próprio dos lugares menos povoados a estrada de acesso ao Castro parece estar em permanente vigi-

lância por alguns dos habitantes locais. Até à data, aqueles que habitam nas imediações de VNSP parecem funcionar como guardiões da memória das escavações e do sítio arqueológico que mesmo nos períodos de maior pousio científico não foi esquecido pela população local.

Uma gestão sustentável dos sítios dificilmente se coaduna com este uso espontâneo das ruínas que tornam este lugar aberto – ao contrário de tantos sítios arqueológicos vedados que se eclipsam das paisagens sociais – um lugar *significativo*, na acepção de T. Ingold (1993), mas sujeito a um impacto, que não sendo provocado por actos de vandalismo, constitui, no entanto, uma ameaça visível sobre a integridade física das estruturas ainda conservadas.

Encontrar uma solução de futuro que permita preservar e divulgar o sítio, conservando, no entanto, o laço muito vivo que se estabeleceu com a população, a partir das escavações de Afonso do Paço e Eugénio Jalhay é um dos objectivos que o projecto VNSP3000 também se coloca (Figura 2).



Figura 2 – Dia Aberto 2018 – visita guiada aos trabalhos arqueológicos.

4.3. Vila Nova de São Pedro e os Arqueólogos – *Sic transit gloria mundi*

Como é próprio das coisas históricas, Vila Nova de São Pedro que não é um sítio do Regime, ainda que financiado pela Junta Nacional de Educação, a direcção dos trabalhos assumida por membros da Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP), a recolha do espólio, pelo menos em parte ao Museu Arqueológico do Carmo – e não às reservas da Nação depositadas no Museu Nacional de Arqueologia – é para a Arqueologia portuguesa mas também internacional (espanhola, francesa, inglesa e alemã), o mais significativo de todos os sítios pré-históricos nacionais. Com Los Millares, figurará nas grandes sínteses construídas para a Europa pré-histórica, utilizada e, apesar da ausência de datações absolutas, não só como sítio epónimo da Cultura de Vila Nova, como lugar de origem de uma sequência cultural, como sempre tripartida, que marcava o trajecto dos povos calcolíticos através das fases Vila Nova I, Vila Nova II e Vila Nova III.

Para além da imponência das estruturas pétreas, das muralhas e dos torreões, outras realidades identificadas no terreno como a do *ritual de fundação*, estruturas como a “cisterna”, o “forno cerâmico” ou os depósitos de pontas de seta demonstravam o papel deste sítio, onde a Metalurgia e o Campaniforme estavam abundantemente representados como um testemunho atlântico da expansão e do brilho cultural do Mediterrâneo oriental. Em 1968, depois de uma última campanha realizada no Verão, Afonso do Paço morre no final do ano. Os trabalhos de campo interrompem-se e dentro em breve o *Orientalismo* que subjazia ao brilho de VNSP vai ser abandonado por uma nova geração de arqueólogos que, para além de disporem de um método ainda novo de datação absoluta como é o C¹⁴, estão equipados com um outro quadro conceptual, o *Indigenismo*, que olhará com (justificada) desconfiança para sítios e contextos chave das retóricas difusionistas.

A investigação em Portugal nos anos 70 e 80 do século XX sobre o Calcolítico dirige-se para outros territórios e para outros lugares que revelam, pela primeira vez, a existência de povoados ou sítios

fortificados ligados a um cânone mediterrâneo.

Depois de uma breve intervenção dirigida por V.S. Gonçalves em 1985 e 1986 (Gonçalves, 1987), o sítio não volta a ser objecto de qualquer projecto de investigação arqueológica até ao ano de 2017, com o arranque de VN3000.

Nas últimas décadas é em torno dos grandes sítios de fossos, quase sempre identificados/intervencionados no âmbito da Arqueologia preventiva, dos quais Perdigões e Porto Torrão são os casos mais evidentes, que se concentra o essencial da investigação sobre as sociedades calcolíticas. A Estremadura, palco decisivo das primeiras fases de investigação sobre a Idade do Cobre passará a território periférico e se o destino dos povoados calcolíticos não é sempre idêntico, em VN3000 os carrascos vão cobrindo de folhas, troncos e de espinhos as antigas áreas de escavação, e no discurso arqueológico, o sítio vai-se diluindo progressivamente até perder, como acontece com as antigas estrelas, o seu brilho próprio.

Hoje, Vila Nova de São Pedro é uma questão fundamentalmente geracional que, esperemos, seja ultrapassada num futuro próximo. Questão geracional porque o significado histórico do sítio, a aura que o rodeia e que ultrapassa as fronteiras nacionais é património de algumas gerações de arqueólogos vivos, mas que para a geração *millenials* Vila Nova de São Pedro não é ainda – regra geral – um lugar significativo. Reequacionar as novas questões perante o registo arqueológico deste sítio é, por isso, tarefa prioritária, deste projecto.

4.4. Papéis, funções e disfunções de um sítio arqueológico

A gestão sustentável do sítio arqueológico de Vila Nova de São Pedro só pode, hoje, ser assumida como um desafio que não é só *multidisciplinar* na medida em que envolverá arqueólogos, arquitectos, poderes locais e conservadores, químicos, botânicos e paisagistas, mas é também um desafio *multidimensional* porque estão em jogo diferentes dimensões, usos e percepções do sítio que vão muito para além do discurso científico convencional. Garantir a

integridade de panos de muralhas e de muros, de estratigrafias ainda conservadas, reconstituir um coberto vegetal *original*, e assegurar a existência de informação física e digital que permita aos visitantes aceder ao conhecimento científico contemporâneo é, num projecto de valorização de VNSP, tão premente quanto salvaguardar o Castro e as suas memórias recentes. A gestão sustentável do sítio que se espera possa trazer algum retorno económico – de baixa escala, mas eventualmente de grande impacto na microeconomia local – deve sempre conservar a relação única que o sítio e os fregueses próximos construíram, relação que é hoje uma parte decisiva do Património nacional que é este sítio, porque em Vila Nova de São Pedro, o baile ainda não acabou.

Lisboa, Setembro de 2018

AGRADECIMENTOS

Aos habitantes de Vila Nova São Pedro e Torre Pernalva – pelo acolhimento e pela generosa partilha de memórias.

À família Furtado.

Ao colega Nuno Nobre, companheiro desta aventura da preservação e divulgação do património de VNSP.

Aos poderes municipais: Sr. Presidente da Câmara Municipal da Azambuja Luís Sousa e Vereador da Câmara Municipal da Azambuja António José Matos.

Uma palavra especial ao Sr. Presidente da União das Freguesias de Manique do Intendente, Vila Nova de São Pedro e Maçussa – José Avelino, que sem o seu apoio, disponibilidade e carinho, tornaria muito difícil a realização deste projecto.

Aos colegas Célia Nunes Pereira e Rui Gomes Coelho.

BIBLIOGRAFIA

APA (2014) – DISCO. *Discovering the Archaeologists of Portugal 2012-2014*, Associação Profissional de Arqueólogos, 152 p.

ARNAUD, José Morais e GONCALVES, J. Ludgero (1990) – A fortificação pré-histórica de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – balanço de meio século de investigações. 1ª parte, *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*. 1. Lisboa, p. 25-48.

ARNAUD, José Morais e GONCALVES, J. Ludgero (1995) – A fortificação pré-histórica de Vila Nova de S., Pedro (Azambuja) – balanço de meio século de investigações. 2ª parte, *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, 2. Lisboa, p. 11-40.

ARNAUD, José Morais; DINIZ, Mariana; NEVES, César; MARTINS, Andrea (2017) – Vila Nova de São Pedro, de novo no 3º milénio – Um projecto para o futuro, *Arqueologia e História – Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 66-67, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 7-17.

BUGALHÃO, Jacinta (2011) – Os desafios da Arqueologia Portuguesa nas últimas décadas, *Arqueologia e História*, 60-61, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 19-43.

BUGALHÃO, Jacinta (2013) – As mulheres na Arqueologia Portuguesa, in ARNAUD, J.; MARTINS, A.; NEVES, C. (eds.), *Arqueologia em Portugal: 150 anos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, p. 19-23.

BUGALHÃO, Jacinta (2017a) – Arqueólogos Portugueses, in ARNAUD, J.; MARTINS, A. (eds.), *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, p. 19-31.

BUGALHÃO, Jacinta (2017b) – O papel da mulher na Arqueologia Portuguesa, *Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa*, UNIARQ – Centro de Arqueologia, 1 – 2017, p. 123-130.

GONÇALVES, Victor (1987) – Trabalhos de campo. Distrito de Lisboa – Azambuja: Castelo de Vila Nova de São Pedro: 1985/86, *Informação Arqueológica*, Ministério da Cultura. Instituto Português do Património Cultural, Departamento de Arqueologia, nº 8, p. 41-43.

INGOLD, Tim (1993) – The Temporality of the Landscape, *World Archaeology*, vol. 25: 2. p. 152-174.

OLIVEIRA, Humberto N.; FERREIRA, Octávio da Veiga (1990) – Algumas obras de restauro e consolidação do castro de Vila Nova de S. Pedro, *Revista de Arqueologia*, Lisboa. 1, p. 49-58.

OOSTERBEEK, Luiz (2008) – Arqueologia, Europa, Formação Superior... alguns dados e reflexões. *Almadan*. <http://almadan-blog.blogspot.com/2008/07/arqueologia-europa-formao.html>.

RIBEIRO, Maria (2013) – *O Povoado Calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja) – Historiografia das escavações realizadas. Contributo para a sua salvaguarda*, Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Estudos do Património, Universidade Aberta, Lisboa (policopiado).

RECURSOS DIGITAIS

[http://www.almadan.publ.pt/Mapa\(geral\).htm](http://www.almadan.publ.pt/Mapa(geral).htm)

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios>

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt>

